

# Números relacionados à dengue ainda assustam - Diário do Grande ABC



Bia Moço

Especial para o Diário



No Dia Internacional de Combate à Dengue, celebrado hoje, é preciso lembrar que os números da doença causada pelo mosquito *Aedes aegypti* continuam alarmantes. Estima-se que cerca de 2,3 milhões de pessoas tenham sido infectadas na América Latina em 2016 – o Brasil concentra 65% dos casos.

Neste ano, 30 pessoas contraíram a enfermidade em quatro cidades da região no primeiro semestre. O município com mais casos registrados foi Santo André, com 15, seguido de Mauá (com dez), Diadema (quatro) e São Caetano (com apenas um caso). São Bernardo não registrou ocorrências nos primeiros seis meses de 2017. Diadema, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra não divulgaram informações.

Com a aproximação das duas estações mais quentes do ano, primavera e verão, o aumento de casos volta ser preocupação das autoridades. Mesmo com a diversidade de doenças transmitidas pela picada do *Aedes*, como zika vírus, chikungunya e febre amarela, a maior contaminação continua sendo a dengue. O que nem todo mundo sabe é que existe vacina que pode controlar a doença.

Porém, apesar de ser importante para o controle da contaminação, a imunização é encontrada apenas na rede privada – há estudos em andamento para que o sistema público possa adquirir a vacina. A prescrição é de três doses, com seis meses de intervalo, ou seja, em um ano a proteção deve estar completa. Além disso, o valor não é acessível à maior parte da população. Cada dose custa em torno de R\$ 270 (quem se interessar pela imunização vai desembolsar, em um ano, cerca de R\$ 810) para se proteger.

Segundo Renato Kfourri, vice-presidente da SBIm (Sociedade Brasileira de Imunizações), existem

estudos que visam introduzir a vacina na rede pública, mas ainda não foi possível mapear modelo viável. “É importante tentar estimar a estrutura certa, como qual seria o impacto da imunização na Saúde pública. O Ministério da Saúde ainda não tem dados precisos, justamente porque muitas das questões que devem ser analisadas ainda estão sem resposta.”

Kfoury comenta que, para chegar ao SUS (Sistema Único de Saúde), é necessário levantar dados precisos, como para quantos grupos etários a vacina será disponibilizada, qual será a cobertura, se existe verba para atender mais de uma faixa etária e se a cidade vai atingir público considerável. Para ele, muitas vezes um Estado investe com a expectativa de atingir 90% da população, e o número de aceitação é muito menor; ou então, a procura é maior do que a quantidade disponível. Além disso, são necessárias equipes treinadas para receber o público nas unidades de Saúde, tanto para aplicação quanto para tirar dúvidas dos munícipes. “Tudo tem de ser pensado de forma séria. A decisão precisa ser consolidada em base sólida. O estudo vai desde a adesão e de quantas doses o Estado deve comprar até o levantamento do número de casos e idade mais atingida”, comenta o vice-presidente da SBIm.

No entanto, Kfoury lembra que o Estado do Paraná comprou 500 mil doses, que foram distribuídas em 30 municípios. A aceitação foi positiva inicialmente. Agora, afirma, a experiência vai valer para que outros Estados avaliem o impacto que a aplicação vai apresentar após a terceira dose aplicada.

De qualquer modo, com base nas informações do primeiro semestre, é possível notar diminuição considerável no número de casos em relação aos anos anteriores, mas o resultado se deu por conta de ações tomadas pelas prefeituras e população, como os cuidados em casa para se evitar água parada, por exemplo. Ainda não se pode considerar que essa redução tenha relação com a imunização, já que a vacina ainda está restrita à rede privada e permanece com valor alto.

“A procura (pela vacina) é grande, todos os dias. Mas, infelizmente, como o poder aquisitivo das pessoas não está de acordo com o valor, a procura é maior do que a própria imunização”, diz a enfermeira Rosana do Nascimento.

### **Imunização comercializada no País é importada da França**

A imunização comercializada no Brasil desde o ano passado é importada da França e produzida pelo laboratório Sanofi Pasteur. É a única aprovada por órgãos regulatórios no mundo. Porém, o Brasil terá sua própria vacina contra a dengue, que deve ser lançada em 2019. O desenvolvimento está sendo realizado pelo Instituto Butantan (principal produtor de imunobiológicos do País), em parceria com institutos nacionais de Saúde dos Estados Unidos. Testes em humanos já estão em fase final.

A Dengvaxia, como é chamada a vacina, não pode ser aplicada se o paciente tiver tomado qualquer outro tipo de defesa 30 dias antes – assim como nos próximos 30 dias não se pode tomar outra imunização. Ela é indicada apenas para quem tem entre 9 e 45 anos de idade. Idosos somente podem receber a aplicação com prescrição médica. A orientação é pelo fato de que a vacina funciona como primeira infecção do vírus e, na segunda dose, o risco de hospitalização por contrair o vírus seria maior. A reação comum após a aplicação é de mal-estar, com febre, dor no corpo e no local.

